

# Das Amazôniaas

REVISTA DISCENTE DE HISTÓRIA DA UFAC

ISSN Eletrônico: 2674-5968

Arte: Mabkū Bane | “Yube Inu Yube Sbanu – mito de surgimento da ayahuasca”, 2021.



## DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE MANAUS À UNIVERSIDADE DO AMAZONAS: A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS NA DÉCADA DE 1970

Rebeca Moraes Aguiar<sup>1</sup>

Roberta Ferreira Coelho de Andrade<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo evidencia a conformação da formação profissional em Serviço Social no Amazonas, tendo a década de 1970 como delimitação. O método adotado foi o materialista histórico-dialético, com uso da pesquisa bibliográfica e documental. Essa última possibilitou o contato com diversas fontes dispersas, sem tratamento ou análise, possibilitando compreender a importância da história e da historiografia na sua relação com o Serviço Social. O estudo revela que a incorporação da Escola de Serviço Social à Universidade do Amazonas ocorreu mediante um longo processo, sendo compreendida como um empreendimento benéfico para ambas as instituições, pois acreditavam que a incorporação contribuiria para a expansão da escola e o futuro do estado no âmbito educacional, a partir da universidade. A pesquisa aponta ainda que o advento da incorporação, a escola passou por amplas reconfigurações influenciadas por diferentes fenômenos históricos, entre os quais a Ditadura civil-militar, o Movimento de Renovação do Serviço Social e a Reforma Universitária. Diante das diversas mudanças na profissão, foi observado que, após a incorporação, a escola buscou se enquadrar às diretrizes impostas pela Reforma Universitária, a partir da fixação de três matrizes curriculares em menos de uma década. De modo geral, a perspectiva conservadora permaneceu exercendo sua forte influência na formação profissional em Serviço Social na década de 1970, com disciplinas que apontavam para o Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social. Amazonas. Historiografia. Formação profissional.

<sup>1</sup> Discente da Graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas). E-mail: [rebeca.aguiar.rm@gmail.com](mailto:rebeca.aguiar.rm@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas). Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). E-mail: [robertaferreira@ufam.edu.br](mailto:robertaferreira@ufam.edu.br).

## FROM THE MANAUS SCHOOL OF SOCIAL WORK TO THE AMAZONAS UNIVERSITY SOCIAL WORK TRAINING IN AMAZONAS IN THE 1970

### ABSTRACT

The article highlights the formation of professional training in Social Work in Amazonas, using the 1970s as a delimitation. The method used was historical-dialectical materialism, using bibliographical and documentary research. The documentary research allowed us to come into contact with different sources that are scattered about, without treatment or analysis, making it possible to understand the importance of history and historiography in their relationship with Social Work. The study reveals that the incorporation of the School of Social Work into the University of Amazonas took place through a long process, and was seen as a beneficial venture for both institutions, as they believed that the incorporation would contribute to the expansion of the school and the future of the state in the educational sphere, based on the university. With the advent of incorporation, the school underwent extensive reconfigurations influenced by different historical phenomena, including the civil-military dictatorship, the Social Work Renewal Movement and the University Reform. In view of the various changes in the profession, it was observed that, after incorporation, the school tried to fit in with the guidelines imposed by the University Reform, setting three curricular matrices in less than a decade. In general, the conservative perspective remained a strong influence on professional training in Social Work in the 1970s, with subjects that focused on Case, Group and Community Social Work.

**KEYWORDS:** Social Work. Amazonas. Historiography. Professional training.

### INTRODUÇÃO

No Brasil, a história do Serviço Social é composta por lutas, conquistas e rupturas. No estado do Amazonas, o desenvolvimento da profissão ocorreu vinculado às particularidades regionais, culturais, políticas e socioeconômicas. Considerado um dos primeiros cursos de Serviço Social do país; em 2024, a profissão completou 83 (oitenta e três) anos de sua fundação no estado, especificamente, na capital Manaus, situada na região Norte do Brasil (Soriano; Andrade, 2024).

Ao considerarmos a trajetória do Serviço Social neste estado, observa-se que há uma história a ser contada e analisada, no entanto, há poucas produções com foco na historiografia da profissão no estado. Destacam-se as dissertações em períodos singulares das mestras Rita de Cássia Montenegro (1986) e Ana Claudia Lopes Martins (2021) que se propõem a contar um pouco sobre a primeira escola de Serviço Social no Amazonas.

Reconhecendo que está profundamente entrelaçada aos processos históricos, a profissão não se desvincula da lógica nacional, em que o Serviço Social nasceu em resposta ao desenvolvimento capitalista e às expressões da questão social. Entretanto, a história do Serviço Social no Amazonas é também marcada pelas especificidades regionais que impactaram significativamente seu desenvolvimento, tornando fundamental entender os eventos que refletiram a dinâmica local e

afetaram a jornada da profissão no estado, uma vez que passou por contextos diferentes dos apresentados em outras regiões (Vasconcelos; Andrade, 2025).

Para tanto, o presente artigo objetiva evidenciar os resultados alcançados na pesquisa de iniciação científica intitulada *A conexão de raízes entre a Universidade Federal do Amazonas e a Escola de Serviço Social de Manaus: Um estudo sobre a formação do Serviço Social no Amazonas na década de 1970 (2023-2024)*, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de autoria de Aguiar e Andrade (2024). A produção resulta das investigações do Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas)<sup>3</sup>, vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como parte dos projetos de pesquisa intitulados *Serviço Social no Amazonas entre sombras e luzes: historiografia, formação e trabalho profissional*, *Serviço Social entre reminiscências e hodiernidade: historiografia, formação e trabalho profissional no Amazonas* e *Entrelaçando passado e presente: Serviço Social e políticas públicas no estado do Amazonas*.

Como fio condutor do estudo adotamos o método materialista histórico-dialético, que “não é um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo” (Gadotti, 1995, p. 19). E não toma como ponto de partida os fenômenos isolados em si, mas em seu contexto e em suas múltiplas determinações. A pesquisa foi organizada em diferentes fases: inicialmente, foi conduzida a pesquisa bibliográfica; em seguida, a pesquisa documental, que possibilitou o contato com distintas fontes dispersas, sem tratamento ou análise. Constituindo-se fontes primárias, ou seja, dados e informações que não foram levantados cientificamente e analiticamente (Fonseca, 2002).

A partir do banco de dados do grupo de pesquisa Estradas, tivemos acesso a diversos arquivos que contribuíram para o alcance dos objetivos deste estudo. Realizaram-se visitas ao Arquivo Central da UFAM, com objetivo de estabelecer contato direto com os documentos a serem analisados. Durante as visitas ao Instituto Durango Duarte, que reúne diversos documentos sobre a história do Amazonas, buscou-se analisar edições do Diário Oficial do Estado, datadas de antes de 1956, uma vez que as publicações anteriores a esse ano não estão disponíveis para consulta pública no sítio eletrônico da Imprensa Oficial do Amazonas. A Hemeroteca Digital Brasileira possibilitou acesso a um vasto acervo, que inclui jornais, revistas anuários, boletins e publicações seriadas. No ambiente tivemos contato com

---

<sup>3</sup> Este artigo, vinculado às pesquisas do Grupo Estradas, contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

diversos arquivos: atas, relatórios, ofícios, processos, resoluções, correspondências, planos de ensino, estatutos etc.

Para análise dos dados coletados, organizamos os materiais em uma planilha disposta de acordo com a década a que pertenciam. A planilha incluía o remetente, o destinatário e um resumo dos documentos, para facilitar sua leitura posterior. A falta de uma cronologia específica da história do Serviço Social no estado exigiu que essa organização fosse feita.

Embora saibamos que a história não é linear, “mas um processo de transformações sociais determinadas pelas contradições entre os meios de produção (a forma da propriedade) e as forças produtivas (o trabalho, seus instrumentos, as técnicas)” (Chauí, 2003, p. 219), a partir dos documentos que foram sistematizados, a linha do tempo foi utilizada para que as informações fossem visualizadas da melhor forma, como se montássemos um quebra-cabeça, peça por peça.

Nesse contexto, este artigo visa contribuir com a pesquisa realizada pelo grupo Estradas, que tem promovido ações em prol do resgate histórico da formação e do trabalho profissional no estado do Amazonas. Esta pesquisa se apresenta como de grande relevância para a área do Serviço Social, considerando que os estudos sobre as origens da profissão no Amazonas ainda são escassos e necessitam de uma abordagem mais aprofundada.

Além da introdução e das considerações finais, este artigo abordará a importância de compreender o Serviço Social a partir de uma perspectiva crítica, os desafios e processos envolvidos na incorporação da Escola de Serviço Social à Universidade do Amazonas, e as especificidades da formação profissional na década de 1970, sob a direção da Universidade, que foi impactada pela reforma universitária, a qual buscou “modernizar” o ensino em todas as universidades do país.

## **HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E SERVIÇO SOCIAL**

Analisar a história focando no estabelecimento apenas dos fatos, com a predominância da narrativa linear, pouco contribui para a compreensão da sociedade. Para Hobsbawm (2013), a história deve ser visualizada como a matéria-prima, entendendo que a sociedade está em constante modificação e não pode ser analisada de forma separada, mas sim como uma unidade que engloba passado, presente e futuro, embasando a existência de cada um dos elementos.

Sabendo que a historiografia é interpretada como a história da história e pode ser definida como “toda produção do conhecimento histórico (ou de outras áreas do conhecimento) referente a determinado tema e período” (Torres, 1996, p. 56), nota-se a relevância de apresentar pesquisas com caráter historiográfico. Essa metodologia permite que tenhamos acesso à história de determinado

período a partir de uma perspectiva de análise mais crítica, possibilitando o entendimento dos eventos que desencadearam a realidade pretérita a ser estudada.

A história é a unidade do passado, presente e futuro, não pode ser relegada apenas à narração do pretérito cronologicamente. Nessa linha, caminha a trajetória do Serviço Social, uma vez que entender os processos que constituíram a profissão no que é hoje torna-se essencial para o presente estudo, que tem como objeto a formação profissional dos assistentes sociais no Amazonas na década de 1970. É indispensável o resgate histórico da estrada percorrida pela profissão no estado, pois conhecermos o passado é fundamental para a interpretação do presente e nos lançarmos no futuro.

É necessário que entendamos as contradições internas que se manifestam no decurso histórico da sociedade e que se entrelaçam com o Serviço Social. A percepção de tais contradições torna-se essencial para compreender as significativas transformações que ocorrem na estrutura da sociedade. Conforme Martinelli (2000), a gênese do Serviço Social possui “a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo – pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido” (Martinelli, 2000, p. 66). O exercício profissional é marcado por antagonismos, dividido entre as necessidades da classe dominante e as reivindicações do proletariado.

A partir disso, reconhece-se a importância do Serviço Social e sua intrínseca relação com os processos históricos, visualizando a necessidade de analisar o percurso do Serviço Social e os acontecimentos históricos que irão possibilitar o surgimento da profissão. Os primeiros passos do Serviço Social no Brasil, na década de 1930, foram alinhados aos interesses da burguesia, objetivando apaziguar o proletariado, que começava a se movimentar com política própria, e minimizar as expressões da questão social<sup>4</sup> que se manifestavam como um problema para a classe dominante da época.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2005), a historiografia demonstra que a tendência que se expandia em 1930 era estabelecer e concentrar as políticas de cunho social que surgiam nesse momento. Foi justamente nesse contexto que o Serviço Social nasceu, como um mecanismo a ser utilizado pela burguesia, um instrumento que sofreu diversas modificações, devido às diferentes características emanadas do embate de classes, o que tornou o profissional de Serviço Social mediador dos conflitos que surgiam.

---

<sup>4</sup> Entendida como produto da relação contraditória entre capital e trabalho, que ganha visibilidade com a organização e a resistência da classe trabalhadora.

No estado do Amazonas, as raízes do Serviço Social não fogem à lógica nacional. Andrade, Vallina e Gama (2020) evidenciam que a origem da primeira escola de Serviço Social do estado se relaciona a dois aspectos históricos principais: o primeiro se refere ao trabalho de recuperação da produção da borracha frente às transformações que estavam ocorrendo no mercado mundial no decorrer da segunda guerra mundial. O outro concerne à solicitação do então governador do Amazonas, Álvaro Maia, para que uma política de assistência social fosse estruturada no estado.

Nesse cenário, as diversas particularidades sociais que se apresentavam na região e a demanda do estado podem ser apontadas como questões importantes à criação da escola de Serviço Social no coração da floresta amazônica e a urgente necessidade da ação de profissionais especializados.

### **DE CURSO PRIVADO A PÚBLICO: TRAJETÓRIA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS**

A Escola de Serviço Social de Manaus foi criada oficialmente no dia 15 de janeiro de 1941, por iniciativa de André Vidal de Araújo, à época, era Juiz de Menores. A proposta surgiu após ser designado por Álvaro Maia, Interventor Federal, para organizar a assistência no Amazonas. O objetivo era lidar com os males sociais que surgiram e se agravaram com o período econômico da borracha – momento na história do país de intensa extração de látex das seringueiras e comercialização em larga escala na região amazônica, dividido em dois momentos: de 1879 a 1912 e de 1942 a 1945. Foi “a partir do Poder do Estado e para servir a este, que o Serviço Social teve origem no Amazonas” (Montenegro, 1986, p. 66).

Andrade *et al.* (2023), em seus estudos sobre os primeiros anos de funcionamento da Escola de Serviço Social de Manaus, evidenciam que a instituição foi reconhecida oficialmente pelo Estado através do Decreto nº 1.412, de 1º de junho de 1945 (Amazonas, 1945 *apud* Andrade, 1947); e pelo Governo Federal, mediante o Decreto nº 41.463, 7 de maio de 1957 (Universidade do Amazonas, 1968b). Estabelecimento de ensino particular que despontou como a primeira escola de Serviço Social do Norte e a sétima do Brasil, após sua fundação, funcionou em salas cedidas pelo Grupo Marechal Hermes; posteriormente, no prédio da Justiça Tutelar de Menores. Mais tarde, o Governo cedeu o prédio da “Escola Premonitória Bom Pastor” e, somente anos depois, a prefeitura concedeu um terreno na Avenida Getúlio Vargas (Montenegro, 1986). Contudo, devido a precariedade do prédio, após a sua incorporação à Universidade do Amazonas, a Escola passou a ocupar um andar inteiro no prédio da universidade (Jornal do Commercio, 1975).

Segundo Andrade *et al.* (2023), durante os 27 anos de funcionamento da escola, sob o gerenciamento da família Araújo, o fundador e diretor da escola, André Vidal de Araújo, contava com o recebimento de alguns recursos para financiar as atividades da escola. Esses recursos eram provenientes da iniciativa privada, doações e parcerias externas, tanto no cenário nacional, como internacional. Vale destacar que, antes de sua incorporação, era uma instituição privada e de caráter familiar, propriedade de André Vidal de Araújo e sua esposa Milburges Bezerra de Araújo (Martins, 2021).

As primeiras conversas sobre a possível incorporação ocorreram em 1966, segundo consta no Processo nº 8, de 19 de fevereiro de 1968, que tratou do projeto de integração da escola à universidade. Na ocasião, o reitor da universidade, professor Dr. Juary Guimarães de Sousa Marinho, sugeriu à diretoria da escola a realização de um estudo de viabilidade de incorporação do referido estabelecimento à Universidade do Amazonas. Inicialmente, a incorporação da escola à universidade foi aprovada pela Resolução nº 6, de 21 de fevereiro de 1967 (Universidade do Amazonas, 1968a).

A Resolução nº 134, de 30 de março de 1967, evidencia que o Conselho Diretor da Fundação Universidade, em sessão extraordinária realizada, tomou conhecimento e aprovou por unanimidade o parecer verbal do Conselheiro, professor Guilherme Pinto Nery, o que resultou na integração da Escola de Serviço Social de Manaus à Universidade do Amazonas, nos termos do relator do processo, doutor José Augusto Telles Borborema (Universidade do Amazonas, 1967a).

André Vidal, projetando o futuro, visualizava a incorporação a uma instituição de ensino superior como necessária para que pudesse se desenvolver e, assim, aprimorar o ensino especializado que era ofertado à mocidade. Com a universidade sendo vista como um dos empreendimentos mais sérios e benéficos para o futuro e desenvolvimento do estado, a incorporação possibilitava que a escola progredisse junto com a instituição (Universidade do Amazonas, 1968b). Diante da aprovação do parecer verbal, o Processo nº 43, de 22 de julho de 1967, relata que foi apresentado ao Egrégio Conselho Diretor o processo referente à agregação da escola. Para que o assunto fosse analisado junto à proposta de convênio da escola, que apresentava as seguintes condições:

- a) Remuneração dos professores e servidores da Secretaria; b) dotação para os serviços de expediente; c) livre escolha para a contratação de professores, depois da aprovação pelo Conselho Departamental; d) respeito integral ao tempo de serviço dos professores e servidores atuais; e) retroatividade financeira a partir do 1º de abril do ano em curso (Universidade do Amazonas, 1967b).

O valor inestimável da Escola de Serviço Social foi reconhecido pela universidade. No entanto, o parecer destacou que alguns dos pedidos não poderiam ser atendidos, solicitando que a escola

reformulasse o termo de convênio para que o processo de incorporação pudesse prosseguir (Universidade do Amazonas, 1967b). Fica evidente o conflito entre as duas partes que buscavam a incorporação, mas tinham interesses divergentes; a Ata do Conselho Departamental da Escola de Serviço Social, de 15 de setembro de 1967, apresenta que as exigências feitas para oficializar a incorporação não estavam alcançando um meio termo, o que impediu que a incorporação fosse oficializada no ano de 1967.

Andrade *et al.* (2023) destacam as diversas reuniões que ocorreram, antes da concretização da incorporação. Em uma das conversas entre Jauary Guimarães de Souza Marinho, reitor da Universidade do Amazonas, e Regina Coeli Araújo de Carvalho, diretora da Escola de Serviço Social, discutiram sobre a agregação da escola. O projeto de convênio passou pela análise do Egrégio Conselho Universitário, sendo parcialmente aprovado, conforme o parecer do relator do processo. No entanto algumas disposições não puderam ser aceitas pela universidade nos moldes apresentados, o que reiterou o conflito de exigências entre as duas partes (Universidade do Amazonas, 1968b).

Essa particularidade não desanimou a incorporação, pois tanto a universidade quanto a escola tinham interesse em que a agregação fosse oficializada. Dado o valor inestimável da escola e sua importância, a agregação representaria uma enorme contribuição à universidade, ao passo que a própria escola se beneficiaria. O desembargador André Vidal, então presidente da “Sociedade Escola de Serviço Social” e a diretora, Regina Coeli Araújo, ratificaram ao reitor da universidade seu apoio à incorporação, acreditando que a escola só teria condições de se desenvolver sob a gestão da universidade (Universidade do Amazonas, 1968a). O patrimônio que a escola representava e o prestígio que a universidade ganharia ao contar com essa instituição foram considerados muito mais valiosos e significativos do que encargos financeiros, resultantes da manutenção didática, docente, técnica e administrativa – que a incorporação acarretaria. (Universidade do Amazonas, 1968c).

Diante da resposta positiva dos diretores da escola, no dia 10 de fevereiro de 1968, o Termo de Convênio foi assinado pela Fundação Universidade do Amazonas e a Escola de Serviço Social de Manaus. Na ocasião, estiveram presentes, representando a universidade, o reitor, professor Doutor Jauary Guimarães de Souza Marinho, como representante da escola, professora Regina Coeli Araújo de Carvalho e André Vidal de Araújo, o fundador da escola (Universidade do Amazonas, 1968c). O documento apresentava as seguintes cláusulas:

**Quadro 1** - Termo de Convênio celebrado entre a Fundação Universidade do Amazonas e a Escola de Serviço Social de Manaus

<b><u>Cláusula Primeira</u></b>	Escola de Serviço Social de Manaus fundada, criada pelo Desembargador André Vidal de Araújo em 15 de janeiro de 1941, nesta cidade de Manaus, para formar assistentes sociais e preparar <i>ad futurum</i> , a Escola “Sociedade e Política André Vidal de Araújo”, compromete-se a transferir, presentemente, todo seu patrimônio imobiliário com o prédio, em dois andares, à Avenida Presidente Getúlio Vargas, s/n, quase esquina com a Ramos Ferreira, contínuo edifício em construção com a Cruz Vermelha Brasileira (filial de Manaus), com todo o seu material, constante de carteiras, estantes, biblioteca, mesas, arquivos e quadros, e todos os materiais e o que existir internamente no prédio da mesma Escola.
<b><u>Cláusula Segunda</u></b>	A Universidade do Amazonas se compromete: a) a manter todos os professores, atualmente existentes e ocupantes das cadeiras do currículo, os mesmos empregados pela Secretaria, tais como datilógrafos, bibliotecário, zeladora, amanuense encarregado de registro de notas e vida dos alunos; b) manter na direção da Escola sempre um elemento da extinta “Sociedade Escola de Serviço Social”, indicado pela referida Congregação; c) melhorar as condições do ambiente físico escolar, mobiliário, material de expediente, objetos indispensáveis como geladeiras, ventiladores, máquinas de escrever e outros materiais indispensáveis ao ensino, um veículo para transporte nas pesquisas e trabalho de campo, bem como a manutenção indispensável para tudo bem funcionar como instalação de luz, aumento da biblioteca, reparos totais dos telhados e calhas, paredes, pinturas etc.; d) manter a Escola em alto padrão educacional, seguindo as deliberações dos Congressos, encontros, simpósios, reuniões sobre Serviço Social, nacional e internacional, especialmente da “Associação Internacional Católica do Serviço Social”; e) remunerar os professores e pessoal administrativo na base das outras unidades pertencentes à Universidade do Amazonas; e f) manter o espírito que sempre teve a Escola, dentro dos princípios da Igreja Católica.
<b><u>Cláusula Terceira</u></b>	Ambas as partes contratantes estabelecem que, se algum dia, a Universidade do Amazonas se extinguir ou mudar de orientação, ou passe para outra organização ou instituição, seja qual for [sic], a Escola de Serviço Social de Manaus voltará à antiga posse da “Sociedade Serviço Social de Manaus”, com todo o seu material: máquinas, objetos, móveis etc.
<b><u>Cláusula Quarta</u></b>	As partes contratantes ficarão com o direito de denunciar, em qualquer tempo, o presente convênio, dando o aviso escrito à parte a quem será denunciado o convênio, para o prazo de 30 (trinta) dias para responder todas as obrigações até o fim do prazo.;
<b><u>Cláusula Quinta</u></b>	Ficará facultado às partes o direito de denunciar o presente compromisso, em qualquer tempo, caso seja a isso obrigada a parte denunciante, por motivos relevantes, de interesse próprio, dando aviso escrito à outra parte.
<b><u>Cláusula Sexta</u></b>	A Universidade do Amazonas assumirá a responsabilidade pelo funcionamento da Escola de Serviço Social de Manaus. Os casos omissos serão resolvidos por acordos escritos, suplementares entre as partes contratantes. E que por estarem assim ajustadas, as partes do convênio assinam este ato, com a presença das testemunhas [...].

Fonte: Elaborada pelas(os) autoras(es)<sup>5</sup>.

No dia 19 de fevereiro de 1968, o Termo de Convênio foi apresentado na sala de sessões do Conselho Universitário da Universidade do Amazonas e a partir da Resolução nº 2, de fevereiro de 1968, foi aprovada a incorporação da Escola de Serviço Social de Manaus à universidade. A instituição de ensino superior assumiu os encargos financeiros e o patrimônio, comprometendo-se a manter todos os cargos da escola, a qual passou a denominar-se Escola de Serviço Social “André Araújo” da Universidade do Amazonas (Universidade do Amazonas, 1968d). A aprovação da incorporação ocorreu sob os seguintes termos:

<sup>5</sup> Organizado com base em Universidade do Amazonas (1968c).

Art.1 – Aprovar a incorporação da Escola de Serviço Social de Manaus à Universidade do Amazonas; Art.2 – A Universidade do Amazonas assume os encargos financeiros resultantes da mesma; Art.3 – O patrimônio da escola incorporada passa a integrar o patrimônio da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, devendo ser lavrado em notas públicas o ato competente, para os - 161 - efeitos legais; Art.4 – Ficam mantidos em suas funções atuais ocupantes dos cargos de magistério, técnico e administrativo da indicada ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL; Art.5 – A escola incorporada passa a denominar-se ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL “ANDRÉ ARAÚJO” da UNIVERSIDADE DO AMAZONAS; Art.6 – Fica a Reitoria autorizada a solicitar do Conselho Diretor o pagamento do pessoal docente, técnico e administrativo, da escola incorporada, seja feito por conta dos cofres da Fundação Universidade do Amazonas, a partir de janeiro do ano corrente ano, na base dos salários vigentes. Art.7 – A presente regulação deverá ser submetida ao Egrégio Conselho Diretor para a sua competente homologação e providências que se façam necessárias quanto aos efeitos patrimoniais e financeiros; Art.8 – Revogam-se as disposições em contrário (Universidade do Amazonas, 1968d, grifos no original).

Observa-se que a universidade atendeu as solicitações do desembargador sobre a permanência dos colaboradores da escola após a incorporação, reconhecendo a importância dos profissionais que atuaram durante os 27 (vinte e sete) anos de funcionamento da instituição, dando destaque aos professores que lecionaram de forma voluntária, sem receber qualquer tipo de remuneração ou recompensa material. Considerando os recursos disponíveis, André Araújo solicitou que o corpo docente da escola fosse mantido, pedido que foi aceito pelo Conselho Universitário, passando a integrar o quadro da Escola de Serviço Social André Araújo, recebendo remuneração a partir de janeiro do ano referente, com base nos salários vigentes para o pessoal da universidade (Universidade do Amazonas, 1968e).

Após 27 (vinte e sete) anos de intenso trabalho da Escola de Serviço Social de Manaus, contribuindo com a educação e o enfrentamento às expressões da questão social no estado, André Araújo e Regina Coeli e demais membros da “Sociedade Escola de Serviço Social de Manaus”, encaminharam o termo de convênio e apresentaram um ofício de renúncia total à escola, abrindo mão de qualquer tipo de indenização (Escola de Serviço Social de Manaus, 1968). Acreditavam que a incorporação entre a escola e a universidade contribuiria para o desenvolvimento educacional futuro do estado.

## **A REFORMA UNIVERSITÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS**

Após ser incorporada à Universidade do Amazonas, a Escola de Serviço Social André Araújo passou por amplas reconfigurações. Dentre elas, destaca-se a Reforma Universitária, um processo

imposto pelo golpe de 1964, que o governo se apressou em implementar. Naquele momento, ambicionavam incutir na sociedade um consenso sobre o modelo de universidade e abrandar as resistências internas ao regime militar bem presentes no ambiente universitário. No período ditatorial, o Brasil vivenciou um processo desenvolvimentista, contexto em que a reforma universitária foi visualizada como um dos mais importantes acontecimentos para o âmbito educacional, pois buscava-se obter um melhor rendimento educacional e administrativo, evitando desperdícios de orçamentos (Jornal do Commercio, 1970a).

O entendimento do período era que o ensino superior precisava ser reformulado, pois seria responsável pela formação da força de trabalho necessária, em resposta ao rápido crescimento econômico do país (Bezerra; Custódio; Custódio, 2018). Diante desse cenário, fruto de longas discussões acerca do novo modelo a se adotar pelas universidades no país, foi aprovada a Lei nº 5.540, de 28, de novembro de 1968, que instaurou a Reforma Universitária (Rothen, 2008). O objetivo era que, a partir da reforma, ocorresse a articulação da educação em âmbito nacional, juntamente com o desenvolvimento econômico que se almejava, pondo o ensino superior como o principal espaço para que a ciência e a tecnologia fossem produzidas, concomitante com a formação de recursos humanos. A proposta era que os recursos das instituições universitárias fossem utilizados plenamente, o que acarretou medidas, como a criação de departamentos, institucionalização da carreira acadêmica, introdução do ciclo básico, regime de créditos e a implantação de cursos de pós-graduação (Martins, 2009).

No contexto regional, o reitor da Universidade do Amazonas, Dr. Jauary Marinho, determinou a realização de uma pesquisa referente à reforma universitária, empreendida pelo Centro de Pesquisas da Universidade; os resultados da pesquisa foram considerados pela Comissão Especial que analisou as modificações didáticas e administrativas a serem implementadas na universidade (Jornal do Commercio, 1969). Para se enquadrar nas diretrizes impostas pela reforma foi editado o Decreto nº 66.810, de 30, de junho de 1970, que aprovara o Estatuto da universidade. Em suas disposições, apontou que a instituição usufruiria de plena autonomia administrativa financeira, didática-científica e disciplinar; disposição que permaneceu no novo Estatuto aprovado a partir do Parecer nº 4. 109, de 06, de dezembro de 1974, e homologado pelo Ministério da Educação e Cultura no dia 10 de janeiro de 1975.

Com o Estatuto de 1970, a Universidade do Amazonas teve sua estrutura completamente reformulada. Organizando-se da seguinte maneira: conforme o art. 12º, o Conselho Universitário permaneceu como órgão máximo da universidade para traçar a política geral universitária, hierarquia

que se manteve no Estatuto de 1974; e o Conselho Diretor da Fundação da Universidade do Amazonas como mantenedora da Universidade (Jornal do Comercio, 1970b). Ao analisarmos os estatutos que a Universidade do Amazonas teve no decorrer da década de 1970, no que tange às mudanças pretendidas, que determinam a integração dos departamentos, a universidade passou a constituir-se das seguintes unidades acadêmicas:

**Quadro 2** – Organização da Universidade do Amazonas a partir dos Estatutos da década de 1970

Estatuto de 1970	Estatuto de 1974
Instituto de Ciências Exatas	Instituto de Ciências Exatas
Instituto de Ciências Biológicas	Instituto de Ciências Biológicas
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia Instituto de Letras e Artes	Instituto de Ciências Humanas e Letras
Faculdade de Tecnologia	Faculdade de Tecnologia
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados	Faculdade de Estudos Sociais
Faculdade de Ciências da Saúde	Faculdade de Ciências da Saúde
Faculdade de Educação	Faculdade de Educação

Fonte: Elaborada pelas(os) autoras(es)<sup>6</sup>.

Ao analisar o Quadro 2, nota-se, que a partir do Estatuto de 1970, a universidade organizou-se em quatro Institutos e quatro Faculdades. Com o Estatuto de 1974, observamos mudanças, pois a organização estruturou-se em três Institutos e quatro Faculdades. Em 1975, através do Parecer de nº 4. 109, de 06 de dezembro de 1974 deixaram de existir o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia e o Instituto de Letras e Artes para surgir o Instituto de Ciências Humanas e Letras, bem como vemos a modificação do nome da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados para Faculdade de Estudos Sociais (Universidade do Amazonas, 1970; 1974c).

Dentro dessa nova hierarquia, os dois Estatutos apontam que a administração das unidades universitárias passou a ser exercida pelos seguintes órgãos, respectivamente: Conselho Departamental; Diretoria; e Departamentos. Sendo os departamentos “a parte menor da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, bem como distribuição do pessoal docente” (Universidade do Amazonas, 1974c, p. 15) e conforme previsto no art. 24 dos Estatutos, seria coordenado por um chefe escolhido pelo Diretor da unidade, a partir de uma lista tríplice de professores titulares organizada pelo Departamento, com mandato renovável de um ano.

Assim, evidenciamos as implicações que esse processo trouxe para o Serviço Social no Amazonas, especificamente para a Escola de Serviço Social. Com a implantação da reforma na

<sup>6</sup> Organizado com base em Universidade do Amazonas (1970; 1974c).

Universidade do Amazonas, no que tange aos aspectos didáticos e administrativos, o curso de Serviço Social passou a compor o grupo de cursos da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, que abandonou sua arcaica estrutura, constituindo-se parte integrada da universidade (Jornal do Commercio, 1970c). Isso, porém, não perdurou, pois as unidades existentes seriam extintas, com o reagrupamento dos diversos cursos oferecidos pela universidade nas novas unidades previstas no Estatuto de 1970. Um exemplo disso foi a Faculdade de Filosofia e Letras, que, ao ser desmembrada teve seus nove cursos agrupados às novas unidades implantadas pela universidade até o final do primeiro semestre do ano de 1972. O Serviço Social se inseriu nesse contexto, ao integrar o Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, embora, inicialmente, não fosse possível agrupar todos os cursos em um único prédio para formar uma unidade integrada (Jornal do Commercio, 1972).

Nessa linha, a Resolução nº 016, de 21, de fevereiro, 1972, em seu art. 1º aponta que “fica a Reitoria autorizada a instalar as Unidades Universitárias previstas no art. 6º, do Estatuto, podendo fazê-lo progressivamente, à medida que a reforma universitária o exigir”. Destrincha-se que, no ano de 1972, ainda que a Universidade tenha implantado a Reforma Universitária, no primeiro momento, a adesão da Escola não havia ocorrido, contudo os desdobramentos desse processo para o Serviço Social não deixaram de ocorrer.

Com o funcionamento do Serviço Social, já integrado à Universidade do Amazonas, a instituição optou por não arcar com os custos da reparação do prédio em que antes atuava a Escola de Serviço Social, na Av. Getúlio Vargas. Ao mencionar as motivações, a universidade esclareceu que a tentativa de recuperação do prédio sairia muito onerosa. Compreende-se, também, que devido ao contexto em vigência, a resistência quanto à recuperação do antigo prédio se deveu à reforma universitária que ocorria nesse período e visava uma nova estrutura para todas as universidades, não sendo recomendado realizar nenhum investimento em construções na cidade, pois o foco deveria estar voltado para construções a serem feitas nos *campi* universitários e não mais em melhoramentos, ou quaisquer reformas que fossem situadas na área urbana central (Jornal do Commercio, 1975).

Com a nova estrutura didático-administrativa da Universidade do Amazonas realizada por força da reforma, o curso de Serviço Social da universidade se organizou como um departamento didático-científico do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) (Jornal do Commercio, 1975). A estrutura departamental do ICHL constituiu-se de seis departamentos, dentre eles o Departamento de Serviço Social (Brito, 2009). No que concerne às providências ao pleno funcionamento do curso de Serviço Social, passaram a ser tomadas como responsabilidade da nova unidade de ensino, o Instituto

de Ciências Humanas e Letras a quem ficou subordinado o Serviço Social (Jornal do Commercio, 1975).

Diante do que foi exposto, compreendemos que a década de 1970 foi marcada por momentos que impactaram a sociedade brasileira: Ditadura civil-militar<sup>7</sup> e Reforma Universitária, e no campo profissional, estava em curso o Movimento de Renovação do Serviço Social<sup>8</sup>. Tais particularidades se manifestam na formação profissional dos assistentes sociais na referida década, que, desde sua gênese, foi orientada pela doutrina social cristã, tendo as bases do conservadorismo formadas e difundidas. Constituindo-se uma forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, que compreendia a família como a base moral da sociedade, propondo “uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais” (Iamamoto, 2004, p.20).

O conservadorismo não se restringe a ser uma simples continuidade das ideias que compõem a herança intelectual europeia do século XIX: mas sim, trata-se de um conjunto de concepções que, interpretadas, transformam-se em uma ótica de explicação e em propostas de ação favoráveis, não à mudança, mas à manutenção da ordem capitalista. Ainda que o contexto Amazônico seja singular, ao compararmos ao restante do país, o Serviço Social no Amazonas não fugiu à realidade nacional da predominância conservadora. Na década de 1970, embora o movimento de Renovação estivesse ocorrendo nacionalmente, no Amazonas não fazia parte da realidade profissional nem acadêmica dos assistentes sociais.

Quando abordamos a formação profissional em Serviço Social na década de 1970, é importante evidenciar que a Escola de Serviço Social já estava integrada à universidade. Dessa forma, o ingresso no curso se dava a partir das normas impostas para o Concurso de Vestibular, conforme deliberado no Estatuto da Universidade do ano de 1970, que em seu art. 29, determinava que o vestibular seria centralizado em sua execução. Podendo o candidato, além da opção básica por determinado curso, escolher outros cursos compreendidos no conjunto, por ordem de crescente interesse. No processo de inscrição eram apresentados os documentos: carteira de identidade; prova do recolhimento da taxa de inscrição (Cr\$ 30,00) e taxa de assistência ao Diretório Acadêmico (10,00); duas fotografias 3x4; e prova de conclusão do ciclo colegial ou equivalente que era estar cursando a última série desse ciclo (Jornal do Commercio, 1970d).

---

<sup>7</sup> Regime militar instaurado em 1 de abril de 1964, por meio de um golpe civil-militar contra o então presidente João Goulart e estendeu-se até 1985, sendo marcado pela violência e repressão.

<sup>8</sup> O Movimento de Renovação, marco do Serviço Social, conforme Iamamoto (2010, p. 205) “[...] é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, [e] implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ideoteóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*”.

Verificamos as modificações realizadas em razão da reforma e estabelecidas a partir do novo estatuto. No vestibular referente ao ano em questão, o conselho aprovou a distribuição de 840 (oitocentas e quarentas) vagas para os cursos oferecidos pela universidade, incluindo o Serviço Social, que disponibilizou 40 (quarenta) vagas. O Serviço Social, inserido nas “Humanidades”, teve os seguintes números de inscrições para 40 vagas anuais nos vestibulares: **1971:** 200 (duzentas); **1972:** 250 (duzentas e cinquenta); **1973:** 167 (cento e sessenta e sete); **1974:** 219 (duzentas e dezenove); **1975:** 369 (trezentas e sessenta e nove); **1976:** 521 (quinhentas e vinte e uma) (Universidade do Amazonas, 1976).

No que tange aos currículos de Serviço Social, verifica-se que “desde 1953 os conteúdos e disciplinas eram organizados na forma de currículo mínimo, que deveria ser seguido por todos os cursos em nível nacional, ou seja, todos os cursos do Brasil tinham o mesmo currículo-base em andamento [...] (Cardoso, 2016, p. 434). A proposta curricular em vigência, demonstra o não rompimento com a perspectiva conservadora. Cardoso (2016) destaca que:

fica-nos evidente a vinculação dessa proposta curricular ao projeto modernizador, na busca da cientificidade da profissão e do fazer técnico, a preparação profissional para saber trabalhar com indivíduos, grupos e comunidades, como se o que diferenciava a intervenção profissional do assistente social de outras profissões fossem as técnicas e os instrumentos, e que para cada tipo de abordagem o profissional precisasse saber desenvolver uma metodologia própria de trabalho. A teoria como algo a ser “aplicado” na prática pelo assistente social. A preparação do assistente social focada no fazer, numa prática pragmática que dê resposta às demandas sociais a partir de uma competência operacional, com a supervalorização das técnicas e instrumentos (Cardoso, 2016, p. 443).

Na década de 1970, o curso de graduação em Serviço Social no Amazonas teve três matrizes curriculares. A Resolução nº 050, de 3 de novembro de 1972 fixou o currículo que entrou em vigor no ano letivo de 1973, considerando necessária a reestruturação dos currículos dos cursos de graduação, em decorrência da Reforma Universitária, motivação que se apresentou na Resolução nº 023, de 1 de fevereiro de 1974, que fixou o currículo do ano letivo de 1974 e na Resolução nº 041, de 7 de novembro de 1979, que reformou o Currículo Pleno do curso de graduação em Serviço Social e foi aplicada de forma progressiva aos alunos que ingressaram a partir do ano letivo de 1980. O quadro abaixo foi organizado com base nas resoluções que definem os currículos da escola visando facilitar a visualização das disciplinas.

**Quadro 3 – Matriz Curricular do Curso de Graduação em Serviço Social**

<b>Currículo de 1972</b>	<b>Currículo de 1974</b>	<b>Currículo de 1979</b>
Psicologia Geral I	<b>a) Currículo Mínimo</b>	Teoria do Serviço Social I e II
Psicologia Evolutiva	Sociologia I; II e III	Pesquisa em Serviço Social
Psicologia Social	Psicologia Geral I e II	Metodologia do Serviço Social
Complementos de Matemática e Estatística	Psicologia Social	Ética Profissional
Direito e Legislação Social	Psicologia Evolutiva	Política Social
Direito Previdenciário	Introdução à Economia	Seminário de Integração em Serviço Social
Direito da Família	Direito e Legislação Social	Planejamento em Serviço Social
Introdução à Economia	Direito da Família	Serviço Social de Casos I e II
Economia Social e Desenvolvimento	Teoria do Serviço Social I e II	Serviço Social de Grupo I e II
Sociologia I; II e III	Política Social	Serviço Social de Comunidade I e II
Teoria do Serviço Social I e II	Ética Profissional em Serviço Social	Adm. e Sup. Em Serviço Social
Fundamentos do Serviço Social Aplicado	Serviço Social de Casos I e II	Desenvolvimento de Comunidade
Serviço Social Aplicado	Serviço Social de Grupo I e II	Sociologia II
Política Social	Serviço Social de Comunidade I e II	Sociologia III
Estágio de Serviço Social I; II; III e IV	<b>b) Complementares Obrigatórias</b>	Psicologia Geral II
Serviço Social de Grupo I e II	Estudo de Problemas Brasileiros	Psicologia Evolutiva
Serviço Social de Casos I e II	Língua Portuguesa I	Complemento Matemática e Estatística
Serviço Social da Comunidade I e II	Língua Estrangeira I	Introdução à Economia
Ética Profissional em Serviço Social	Serviço Social Aplicado I e II (Estágio)	Direito e Legislação Social
Pesquisa Social	<b>c) Complementares Optativas</b>	Língua Estrangeira I
Atividade de Grupo	Introdução à Metodologia da Pesquisa	Estágio I; II e III
Desenvolvimento da Comunidade e Planejamento	Inglês II	
Administração e Supervisão em Serviço Social	Francês	
Tese de Conclusão do Curso	Língua Portuguesas VII	
Estudo de Problemas Brasileiros I e II	Complemento de Matemática e Estatística	
Introdução à Administração	Pesquisa Social	
Higiene e Medicina Social	Geografia Humana	

Fonte: Elaborada pelas(os) autoras(es)<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Organizado com base em Universidade do Amazonas, 1972c, 1974 e 1979.

Observamos a presença de disciplinas voltadas para o serviço social em suas diversas abordagens – caso, grupo e comunidade – que tinham como premissa fundamental o serviço social como um método científico de intervenção na realidade psicossocial do indivíduo e do meio, com um objetivo específico, constituído por um conjunto de processos integrados. Em concordância com Cardoso (2016), podemos afirmar que as bases filosóficas e doutrinárias perpassam a concepção que orientou os currículos, bem como visualizamos em disciplinas como Desenvolvimento da Comunidade e Planejamento a aproximação ao positivismo e à ideologia desenvolvimentista. Castro (2011) ressalta que, em determinado momento, o desenvolvimentismo saltou de uma proposta para superar os problemas de atraso dos países e converteu-se em prática e diretriz de ação política em diversos regimes latino-americanos.

Chamam nossa atenção disciplinas que abordam temáticas relacionadas à modernização conservadora, iniciada em 1964 no país, marcada por um modelo econômico que favorecia o capital estrangeiro e grandes grupos nacionais, com alta concentração de renda e afirmação da estrutura estatal-burocrática e administrativa estabelecida pela política-ideológica da doutrina de segurança nacional (Netto, 2005). Destacam-se: *Introdução à Economia e Economia Social e Desenvolvimento*, com objetivo de mostrar ao aluno a importância da Economia Social na interpretação e no ajuste dos problemas sociais (Universidade do Amazonas, 1971); *Estudos de Problemas Brasileiros I e II, Higiene e Medicina Social*, foram incluídas ao currículo por serem consideradas essenciais para a formação dos assistentes sociais. A primeira, com a proposta de estudar a realidade brasileira sob o enfoque do Serviço Social; a segunda, foi vista como fundamental devido seu:

caráter preventivo que se propõe a dar aos futuros assistentes sociais as bases para o verdadeiro Serviço Social de Comunidade que tem nas normas de prevenção e tratamento das moléstias sociais um dos mais decisivos baluartes (Universidade do Amazonas, 1972b, p. 3).

Diante do exposto, compreendemos que, ao se integrar à universidade, a escola vivenciou um cenário complexo de reconfigurações, cujas repercussões impactaram a formação profissional em Serviço Social na década de 1970. Nessa conjuntura, damos destaque à Reforma Universitária, que influenciou significativamente as decisões tomadas no âmbito educacional. Ainda que, no primeiro momento, a Escola de Serviço Social “André Araújo” da Universidade do Amazonas não tenha aderido à reforma, denota-se que essa não deixou de sofrer suas implicações, a partir da renovação dos estatutos da universidade, com modificações estruturais, didáticas e administrativas, e a fixação das três matrizes curriculares do curso de graduação em Serviço Social. A escola deixou de funcionar em espaços cedidos

e/ou doados para ocupar uma sede no campus universitário de Manaus, estruturando-se como um Departamento didático-científico. No ano de 2024, observa-se que o curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas tem duração média de quatro anos, com aulas oferecidas nos turnos vespertino e noturno, e está vinculado ao Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS), localizado no setor norte do Campus Arthur Virgílio Filho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou evidenciar a trajetória da formação profissional em Serviço Social no estado do Amazonas, com foco na década de 1970, um período marcado por profundas transformações no campo político, econômico e social, caracterizadas, especialmente em função da ditadura civil-militar que estava em vigor. Diante do exposto ao longo deste artigo, podemos inferir que a ditadura civil-militar exerceu uma influência muito mais ampla na formação profissional do estado, em comparação com o movimento de renovação que ocorria no mesmo período. Como destacam Forti e Coelho (2015), embora a Renovação do Serviço Social brasileiro tenha promovido diversas mudanças na profissão, o que prevaleceu durante a década de 1970 foi o predomínio conservador.

Observamos que, embora o movimento de renovação do Serviço Social tenha marcado o cenário nacional, sua presença no contexto regional do estado foi limitada, refletindo uma formação profissional ainda fortemente influenciada por outras perspectiva, “incorporando a noção de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional” (Iamamoto, 2004, p. 26). Diante do exposto, é possível atribuir a permanência do conservadorismo e das abordagens de caso, grupo e comunidade na formação profissional à forte influência da ditadura civil-militar na sociedade, que impunha suas diretrizes tanto de maneira ideológica e repressiva.

De modo geral, observa-se a persistência da perspectiva conservadora na formação profissional dos assistentes sociais formados na Escola de Serviço Social “André Araújo” da Universidade do Amazonas. As disciplinas presentes nos currículos da década de 1970, evidenciam uma visão da questão social com caráter moralizante e ajustador.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. M.; ANDRADE, R. F. C. **A conexão de raízes entre a Universidade Federal do Amazonas e a Escola de Serviço Social de Manaus: Um estudo sobre a formação do Serviço Social no Amazonas na década de 1970.** Relatório de iniciação científica 2023-2024. UFAM, 2024.

ANDRADE, J. A. A Escola de Serviço Social de Manaus. **Revista de Cultura Superior**, ano 1, n. 1, p. 108-117, jan/abr, 1947.

ANDRADE, R. F. C. *et al.* A Tessitura do Serviço Social no Amazonas: história e historiografia da profissão. In: PINHEIRO, H. A. (Org.). *et. al.* **Serviço Social e os Desafios do Tempo Presente: historiografia e trabalho profissional**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

ANDRADE, R. F. C.; VALLINA, M. M.; GAMA, R. R. Da Escola de Serviço Social de Manaus ao Boom do Mercado Educacional no Amazonas. In: ANDRADE, R. F. C. (org.). VALLINA, M. M. (org.). **Novos Contornos do Serviço Social no Amazonas**. Roraima: Editora UFRR, 2020.

BEZERRA, A. D.; CUSTÓDIO. T. O.; CUSTÓDIO, D. O. **A Reforma Universitária de 1968: expansão e repressão**. Goiânia: Puc Goiás, 2018.

BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Reforma Universitária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 de nov. 1968.

BRITO, R. M. **100 Anos UFAM**. Manaus: Editora Edua, 2009.

CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez., 2016.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CHAUÍ, M. **Filosofia**: Série Novo Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2003.

ESCOLA de Serviço Social de Manaus. **Ata do Conselho Departamental da Escola de Serviço Social de Manaus**. Manaus, 15 de set. 1967.

ESCOLA de Serviço Social de Manaus. **Resposta ao Ofício n. 656, de fevereiro de 1968**. Manaus, 1968.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FORTI, V.; COELHO, M. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI, Valeria. GUERRA, Yolanda D. (Org.). **Projeto ético-político do Serviço Social: contribuições à sua crítica**. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015. p.21-23.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma integração histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

JORNAL do Comércio. **1969 representou um grande passo na educação nacional**. Manaus, 1 jan. de 1970a.

JORNAL do Comércio. **Com a reforma universitária FD abandona velha estrutura**. 19 jul. 1970c.

JORNAL do Comércio. **Novo Estatuto da UA vai ser examinado pelo CFE**. Manaus, 8 maio 1970b.

JORNAL do Comércio. **O que acontecerá com a extinção da FFi**. Manaus, 18 mar. 1972.

JORNAL do Comércio. **Reforma universitária vai ter opinião do estudante**. Manaus, 1 nov. 1969.

JORNAL do Comércio. **Universidade mostra como funciona Serviço Social**. Manaus, 31 maio. 1975.

JORNAL do Comércio. **Vestibular: Inscrições hoje**. Manaus, 1 dez. 1970d.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, A. C. L. **A formação profissional dos assistentes sociais em Manaus no período de 1970 a 1985**. 2020. 184 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM). 2021.

MARTINS, C. B. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o Ensino Superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MONTENEGRO, R. C. **A criação da Escola de Serviço Social de Manaus**. 1986. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro: 1986.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROTHEN, J. C. Os bastidores da Reforma Universitária de 1968. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 29, n. 103, p. 453-475, maio/ago. 2008.

SORIANO, M. E. S.; ANDRADE, R. F. C. Serviço Social e encontro com o passado: as raízes históricas da profissão no Amazonas na década de 1960. **REVES - Revista Relações Sociais**, Vol. 07 N. 02 (2024), p. 1-13.

TORRES, L. H. O conceito de história e historiografia. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [S. l.], v. 8, p. 53–59, 1996.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Ata do Conselho Departamental da Escola de Serviço Social “André Araújo” da Universidade do Amazonas.** Manaus, 16 out. 1972b.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Ata do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas.** Manaus, 30 mar. 1967c.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Decreto n. 66.810, de junho de 1970.** Manaus, 30 jun. 1970.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Estatuto da Universidade do Amazonas de 1974.** Manaus, 1974c.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Estatuto da Universidade do Amazonas de 1970.** Manaus, 1970.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Ofício n. 656, de fevereiro de 1968.** Manaus, 13 fev. 1968b.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Ofício n. 881, de março de 1968.** Manaus, 5 mar. 1968e.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Parecer n. 4.109, de dezembro de 1974.** Manaus, 06 de dez. 1974a.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Plano de Unidade de 1972.** Manaus, 23 dez. 1971.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Processo n. 43, de julho de 1967.** Manaus, 22 jul. 1967b.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Processo n. 8, de fevereiro de 1968.** Manaus, 19 fev. 1968a.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Quadro demonstrativo.** Manaus, 1976.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Resolução n.º 134, de março de 1967.** Manaus, 30 mar. 1967a.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Resolução n.º 2, de fevereiro de 1968.** Manaus, 19 fev. 1968d.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Resolução n.º 016, de fevereiro de 1972.** Manaus, 21 fev. 1972a.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Resolução n.º 023, de fevereiro de 1974.** Manaus, 1 fev. 1974b.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Resolução n.º 041, de novembro de 1979.** Manaus, 7 nov. 1979.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Resolução n.º 050, de novembro de 1972.** Manaus, 3 nov. 1972c.

UNIVERSIDADE do Amazonas. **Termo de Convênio.** Manaus, 1968c.

VASCONCELOS, S. A. S.; ANDRADE, R. F. C. Raízes da assistência social no Amazonas: desenvolvimento capitalista e espraiamento da questão social. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 4, p. 16628-16646, 2024.

*Data de submissão: 18/12/2024*

*Data de aprovação: 22/01/2025*